

# EDUCAÇÃO E GÊNERO: POSSIBILIDADES DE (RE) CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODO DE SER E ESTAR NO MUNDO

Ana Célia de Sousa Santos<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo é resultado de reflexões desenvolvidas numa prática de pesquisa-ação, durante o Mestrado em Educação. É fruto, também, do Intercâmbio Científico Cultural desenvolvido entre a UFPI e a UNIVR/Itália, que acompanha o Centro de Vivência – “Infância/Mulher/Território”, no Parque Eliane, em Teresina/PI, espaço no qual foi realizada esta pesquisa. Dentre outros objetivos este trabalho analisou como as práticas educativas desenvolvidas junto à APMP, contribuíram para a construção do empoderamento e de um novo olhar sobre as relações de gênero. Como técnica, utilizamos a observação participante, o questionário e o grupo focal. Na fundamentação teórica recorremos a diferentes referências nas quais destacamos: Colling (2004), Louro (1997), Maturana (2004), Pereira (2004), Boff (1999) Saffioti (1979). Constatamos que, as relações construídas, no contexto da cultura patriarcal, demonstram que mulheres e homens envolvidos nesse processo submetem-se a variadas situações na qual o homem mantém seu poder de provedor, mesmo que apareçam sinais de renovação e de conflito eminentes da possibilidade de mudanças. Vimos também que são as mulheres quem mais se preocupam com os filhos/as e com o relacionamento na família. Assim, analisar questões relacionadas ao gênero é necessário para que se pense num processo educativo que favoreça a construção de relações mais humanas, justas e respeitadas.

**Palavras-chave:** Educação. Gênero. Movimentos Sociais.

## EDUCATION AND GENDER: OPPORTUNITIES (RE) CONSTRUCTION A NEW WAY OF BEING AND BEING IN THE WORLD

## Abstract

This article is the result of reflections developed in research-action practice, during a Master Degree in Education. It is also result the Cultural and Scientific Exchange program developed between UFPI and UNIVR/Italy, which surveys the Centro de Vivência – “Infância/Mulher/Território” (Center of Living “Childhood/Women/ Territory”), at Parque Eliane neighborhood, in Teresina/PI, area in which the research was made. Among other objectives this work analyzed how the educative practices developed together with APMP, contributed to the construction of empowerment and of a new vision about gender relations. As techniques we used participant observation, question form and focal group. In the theoretical foundation we reoccurred to different references among them we can highlight: Colling (2004), Louro (1997), Maturana (2004), Pereira (2004), Boff (1999) Saffioti (1979). We attested that, the constructed relations, in the patriarchal culture context, show that women and men involved in this process subject to many situations in which the man keeps his paternalist position, even with signs of renew; eminent conflicts and changing possibilities appearing. We also saw that the women are the most concerned about children and family relationship. This way, analyze questions related to gender is necessary to start thinking in an educative process that favors the construction of more fair and respectful human relations.

**Key words:** Education. Gender. Social Movements.

---

<sup>1</sup> Membro pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Gênero\UFPI.

## Introdução

Este artigo é resultado de reflexões e experiências desenvolvidas numa prática de pesquisa-ação, durante o Mestrado em Educação/UFPI, tendo como foco a questão de gênero. É fruto, também, do Intercâmbio – “Sujeitos e Saberes na Mediação de Práticas Sócioeducativas - auto ativação de comunidades locais, desenvolvido entre a Universidade Federal do Piauí e a Università Degli Studi Di Verona/Itália, que acompanha o Centro de Vivência – “Infância/Mulher/Território”, no Parque Eliane, zona sul de Teresina/PI, cuja atrizes sociais participam da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e foram sujeitas com seus respectivos maridos/companheiros desta pesquisa.

Neste texto, apresentamos um breve histórico da construção do conceito de gênero, demonstrando suas diversas concepções e a contribuição dos movimentos sociais feministas e de mulheres para a implementação de novos modos de ser e estar no mundo. Além disso, analisamos a configuração das relações de gênero no contexto da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, enfatizando a relação estabelecida entre mulheres e homens e destes com seus/suas filhos/as.

### 1 Gênero: uma construção sócio-cultural

Para pensar em novas relações de gênero é preciso entender o que é e como se construiu o que, hoje, denominamos de relações de gênero. A história da construção e do entendimento sobre o que é gênero está intimamente vinculada à luta das mulheres e aos estudos sobre essa temática, desenvolvido por diversas estudiosas feministas.

No entanto, esta discussão não se configura num contexto teórico de consensos, pois, os estudos e as próprias relações têm se demonstrado complexas. Assim, as concepções sobre essa categoria de análise têm modificado seu enfoque, deslocando-se do objeto empírico, mulheres, para o objeto teórico, gênero. Colling (2004, p. 28) ressalta que:

A história do gender das norte-americanas, do genre francês, do genere italiano, do geschlecht alemão e do gênero português, tem um só objetivo: introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social. Relação que produz saberes, como visão nova do passado, e categoria de análise que permite reescrever a história levando em conta o conjunto das relações humanas.

Utilizando-se das idéias de Simone de Beauvoir (1980), no seu livro o Segundo Sexo, quando afirma “não se nasce mulher torna-se mulher”, os estudos feministas procuram compreender a condição das mulheres em suas variadas dimensões e contextos.

Assim, nas duas últimas décadas esses estudos têm sido ampliados, incluindo-se aí outros sujeitos, como homens, gays, lésbicas, transexuais, na perspectiva de compreender como se dão essas relações num contexto que não é supostamente homogêneo. Para Colling (2004, p. 28), o termo gênero:

[...] tem sido utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual. A história das mulheres e a história de gênero estão interligadas, este se situa no campo relacional.

Para compreender o processo de construção do conceito de gênero, que implica uma concepção de como se pensa o mundo e as relações que se estabelecem neste espaço, utilizamos os estudos de Pereira (2004). Nestas discussões podemos perceber como se construiu e quais os fundamentos das concepções de gênero, que inspiram os estudos sobre essa temática. Sendo assim, a autora discute a concepção de gênero a partir de quatro conceitos: 1) o conceito sistema sexo/gênero, que expressa o esquema de pensamento marxista das décadas de 1960, 1970 e 1980 e reforça a idéia de que o substrato biológico existe e não pode ser colocado de lado nos estudos sobre gênero; 2) o conceito de gênero como construção cultural e como categoria radicalmente arbitrária, na perspectiva interdisciplinar; 3) o conceito de habitus em Bourdieu e os estudos da psicanálise contribuindo para as interpretações sobre as estruturas simbólicas, fundamentando as construções subjetivas das relações de gênero; e 4) O conceito de construcionismo e o desconstrucionismo de gênero, perspectiva de análise que ressalta a reprodução das estruturas socioculturais subjetivas.

Para compreendermos melhor este estudo, Rubin (apud, PEREIRA, 2004) apresenta o conceito de gênero como um sistema que assegura a compreensão dos sujeitos sociais sexuados, entrelaçados ao sistema de sexualidade. Nesse caso, o sistema a que se refere a autora é como um conjunto de arranjos pelo qual a sociedade transforma a sexualidade biológica. As relações não resultam da existência de dois sexos e sim de um sistema sexo/gênero. De acordo com Pereira (2004, p. 179), a análise de Rubin faz rupturas com a teoria funcionalista, na qual os princípios dos arranjos de gênero se destinam a assegurar a reprodução social. Reflete, ainda, a teoria marxista que marcou o princípio da “igualdade”, sendo influenciada pela abordagem da dialética do materialismo histórico.

Ainda, sobre o conceito sistema sexo/gênero, Pereira (2004) afirma que outras autoras feministas dão novas dimensões ao biológico, percebendo-o como significado sensível e simbólico, mesmo expressando o gênero como o conhecimento sobre a diferença sexual. Para reforçar essa idéia, Scott (1990, p. 197) conceitua gênero como “elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos e gênero, é a maneira primordial de significar relações de poder”.

É importante, ainda, analisarmos as diferenças entre sexo e gênero na medida em que sexo diz respeito às características fisiológicas relativas à procriação, à reprodução biológica. As diferenças sexuais são encontradas em todos os mamíferos, porém, não determinam o desenvolvimento posterior em relação ao comportamento, interesses, estilo de vida, responsabilidade ou papéis a desempenhar, nem tampouco determinam o sentimento ou a consciência de si mesmo, nem das características da personalidade. Enquanto as diferenças sexuais são físicas, as diferenças de gênero são socialmente construídas, referem-se às pessoas e às relações delas entre si (STREY, 1998).

É com essa compreensão que Butler (apud PEREIRA, 2004) afirma que a diferença entre sexo e gênero está no significado social que o sexo assume, no interior de cada cultura; enquanto o gênero emerge, não como um termo em uma permanente relação de oposição ao sexo, mas como elemento que absorve e desloca o sexo.

No que se refere ao conceito de gênero como construção cultural e como categoria radicalmente arbitrária, na perspectiva interdisciplinar, Rago (apud PEREIRA, 2004) parte de aporte pós-estruturalista de Foucault e afirma ter a categoria gênero vocação relacional, sobretudo cultural, trazendo outras representações sociais como: as questões relativas à constituição dos valores culturais, à instituição do imaginário social, à produção das identidades sociais e das subjetividades.

Vendo por este prisma, os aspectos culturais, sociais e econômicos passam a ter im-

portâncias significativas, pois, é a partir desse olhar que várias pesquisadoras feministas passam a focar seus estudos, valorizando a interdisciplinaridade. Apresenta, também, a possibilidade de reconhecimento de vários sujeitos/objeto de análise, além de não reduzir as discussões ao estudo da dominação patriarcal. Corroborando com esse pensamento, Maturana (2004, p. 17) afirma que:

As diferenças de gênero (masculina e feminina) são somente formas culturais específicas de vida, redes específicas de conversações. É por isso que os diferentes valores que nossa cultura patriarcal confere às diferenças de gênero não têm fundamento biológico. [...] distinções sexuais entre homem e mulher são biológicas, mas o modo como as vivemos é um fenômeno cultural; [...] tais diferenças, próprias de nossa cultura patriarcal, referem-se ao modo como vivemos culturalmente nossa diversidade biológica, a partir de um fundamento de igualdade em nosso biológico cultural.

A contribuição do conceito de *habitus*, em Bourdieu, para os estudos de gênero representa um aporte desvendador da origem da desigualdade entre os sexos, partindo da oposição entre o masculino e o feminino. Essa oposição, segundo Bourdieu (1995, p.139):

[...] provoca uma divisão arbitrária das coisas e das atividades que sendo semelhantes na diferença, são suficientemente concordantes para se sustentar mutuamente. Oposições essas, representativas das estruturas simbólicas, produzidas para diferenciar homens e mulheres, inculcando normas e valores e se encarnando nas estruturas mentais”.

Outra linha de estudo, a das feministas influenciadas pela psicanálise lacaniana, considera que a determinação sexual está no inconsciente. Isto não elimina a possibilidade de criticar a definição patriarcal do “feminino” na ordem simbólica; ao contrário, muitas psicanalistas iniciaram uma busca para registrar esta “alteridade” ou “diferença” que não é o feminino tal como é dito na cultura masculina. Esta corrente defende que a diferença sexual se funda, não apenas em anatomias distintas, mas em subjetividades vinculadas a um processo imaginário: o sexo se assume no inconsciente, independente da anatomia (LAMAS, 2000).

De acordo com Lamas (2000, p. 20), “ainda que o gênero esteja inscrito culturalmente e inculcado inconscientemente, ele é transformável, alterável e reformável, não pela vontade, mas sim histórica, cultural e psiquicamente”.

Outras abordagens de destaque para os estudos de gênero são os conceitos de *construcionismo* e o de *desconstrucionismo* de gênero, perspectivas de análise pós-moderna que ressaltam a reprodução das estruturas socioculturais subjetivas e resistência na subversão de novos modelos interpretativos de gênero. Partem de estudos sobre as sociedades complexas, nas quais a realidade das relações de gênero, segundo Pereira (2004, p. 185), tem mostrado que cada grupo humano elabora estruturas sistêmicas e que as relações de gênero, em seus papéis, são determinadas por convenções sociais. Este conceito tem como princípio a luta pela igualdade e defesa do direito à diferença e que, segundo Bernardes e Guareschi (2004, p. 200):

[...] oferece-nos a idéia de uma desnaturalização da realidade, ao entender que a realidade é uma proposição explicativa, através da qual o mundo não estaria anterior à experiência que fazemos dele, mas a de que construímos conhecimentos acerca desse mundo ao mesmo tempo em que este constrói conhecimentos a nosso respeito.

É, então, nessa lógica que os movimentos feministas se inserem de forma toda especial no

processo de construção do conceito de gênero e, necessariamente, de cidadania das mulheres. Como discute Touraine (2007, p. 19), [...] “o movimento feminista transformou profundamente a condição das mulheres em diversos países e permaneceu mobilizado lá onde a dominação masculina ainda conserva sua força”.

Os movimentos de mulheres assumem uma visão crítica das contradições e das limitações das grandes transformações históricas, a exemplo das revoluções americana e francesa que excluíram as mulheres dos parlamentos e dos governos, negando-lhes o direito básico de votar e de ser votada. Essa luta emerge em meados do século XIX e se consolida na primeira metade do século XX, período em que as mulheres começaram a dar visibilidade às suas reivindicações, garantindo esse direito em praticamente quase todos os países do mundo, o que na visão de Rago (1998, p. 28), é:

[...] na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista.

Ainda conforme Rago (1998, p. 30), “as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão. O pensamento feminista trouxe a subjetividade como forma de conhecimento”.

As conquistas obtidas pelas mulheres se devem às suas organizações em movimentos sociais. A organização da luta feminista teve início nos Estados Unidos, sendo que no Brasil os movimentos sociais populares têm efervescência maior a partir dos anos de 1980. Esse período, pós-ditadura, caracteriza-se pela luta de rua, pelas grandes manifestações, pelos embates políticos, que objetivavam a melhoria das condições de vida da população. Reivindicavam-se escolas, creches, postos de saúde, transporte de qualidade. Nesses momentos, a presença da mulher partia de necessidades imediatas, daquelas ligadas ao seu cotidiano, ao seu bairro.

Na década de 1990<sup>2</sup>, as ações dos movimentos sociais caracterizavam-se pela institucionalização de suas bandeiras de luta e de sua organicidade, garantindo o desenvolvimento de ações e agendas mais articuladas e propositivas em âmbito regional, nacional e até mundial. Nessa perspectiva, foram realizadas conferências internacionais, como a de Beijing, em 1995, na qual foi elaborada uma plataforma de reivindicações, com o compromisso dos países presentes em assumir a luta pela melhoria da condição de vida das mulheres. Neste período, no Brasil, foram aprovadas cerca de 30 leis voltadas, direta ou indiretamente, para a afirmação e ampliação dos direitos das mulheres, podendo-se destacar a legislação sobre: planejamento familiar, união estável; cotas por sexo para as eleições proporcionais, proteção ao mercado de trabalho das mulheres; registro de paternidade.

Diante desse contexto, as mulheres passam a compreender que a luta por direitos, cidadania e igualdade não está restrita somente ao sexo feminino, que é necessário envolver diversos segmentos e, prioritariamente, os homens. A temática sobre a mulher passa, então, a

---

<sup>2</sup> A Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, China, de 4 a 15 de setembro de 1995, reuniu 189 países com representantes de cerca de 180 delegações governamentais e 2.500 organizações não-governamentais para discutir várias questões relacionadas com a mulher. Neste evento foram abordados os temas: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Nesta ocasião, foram assinados dois documentos: o primeiro de natureza política – a Declaração de Beijing; e o segundo – a Plataforma de Ação, que identifica os obstáculos que existem para o pleno desenvolvimento das mulheres e traça estratégias e ações com vistas a sua superação, dando condições para a ampliação dos mecanismos de pressão política (BRASIL, 2008).

ser discutida a partir das relações de gênero, compreendida como as relações entre mulheres e homens, mulheres e homens, homens e homens que, na idéia de Saffioti (2004, p. 44), implica “o respeito a uma categoria histórica que pode regular não apenas relações entre homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher e é uma construção social do masculino e do feminino”.

Esclarecendo essa questão, Strey (1998) afirma que a construção cultural do gênero é evidente quando se verifica que ser homem ou ser mulher nem sempre supõe o mesmo significado em diferentes sociedades ou em diferentes épocas. Ou seja, ser homem ou mulher depende dos costumes de cada lugar, de cada sociedade, da experiência cotidiana das pessoas, variando de acordo com as leis, as religiões, a maneira de organizar a vida familiar, a vida política de cada povo ao longo da história. As relações de gênero e as representações de gênero também não variam apenas de um povo para outro, já que dentro de uma mesma sociedade elas também podem mudar de acordo com a classe social, com a raça, com a idade.

Nesta perspectiva, podemos assegurar que as relações de gênero construídas social e culturalmente vêm ao longo do tempo sofrendo modificações. Para os gregos, a mulher era excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela sua civilização. Com os romanos é instituído juridicamente o “paterfamília”, legitimando a discriminação feminina e atribuindo ao homem todo poder sobre a mulher, os/as filhos/as, os servos e os escravos (COLLING, 2004).

Recorrendo a Reis (1992), podemos fazer breve análise sobre o papel desempenhado pela mulher nos diferentes tipos de família para compreendermos como a visão que temos relativa a esse assunto foi se formando. O autor, em seu texto “Família, Emoção e Ideologia”, analisa quatro tipos de família, ressaltando os diferentes papéis da mulher.

Assim, na família aristocrática a mulher tinha como função a organização da vida no castelo e o seu trabalho era desvalorizado. Já na família camponesa, o trabalho feminino passou a ser valorizado, não pela sua importância, mas pela necessidade da presença da mulher no trabalho do campo. É na família proletária que a mulher começa a se dedicar ao lar, dedicação essa que foi reforçada no século XIX com o surgimento da família pequeno-burguesa. O lar passou a ser o espaço exclusivo da mulher, com a função de cuidar da casa, do esposo e da educação dos/as filhos/as, tornando-se dependente exclusivamente do marido. Foi nesse tipo de família que a mulher passou a ser considerada angelical, frágil, incapaz de resolver qualquer tipo de problema sem orientação do pai ou do marido.

Essa compreensão da mulher como sexo frágil, incapaz de sobreviver sem ajuda do homem, que se consolidou no século XIX, no seio da família burguesa, sobressaiu-se das demais e predominou, por muito tempo, sendo presente até hoje.

De acordo com Anyon (1990), a visão tradicional a respeito da questão de gênero que enfoca o homem como provedor, administrador da vida familiar e a mulher como sexo frágil, submissa e restrita ao espaço doméstico, está desconectada das necessidades da realidade atual e acrescenta ainda que:

A contradição predominante enfrentada por muitas das mulheres da classe trabalhadora e da classe média baixa consiste em que a carga de feminilidade (ser submissa, subordinada ao homem, dependente e doméstica) está em franca desconexão com as necessidades cotidianas de suas vidas [...] manifesta-se na ruptura entre a vontade de seus maridos de que permaneçam em casa e sejam submissas – e a necessidade de reconhecimento de sua competência e de auto-estima (p. 14).

Para compreendermos em que se fundamentam essas mudanças, lembramos Saffioti (1979, p. 181) quando registra que:

[...] é com base na análise das flagrantes incongruências entre um mundo em mudanças e idéias consagradas sobre a condição da mulher nas sociedades competitivas, que poderemos elaborar argumentos contra a sabedoria convencional, na medida em que esta faz parte constitutiva do conjunto de mitos que situam a mulher, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, num plano inferior àquele que coloca o homem e que tentam explicar tal inferioridade em termos de uma evolução desarmônica da sociedade.

Frente a esses elementos de análise, pressupomos que é imprescindível procurarmos desconstruir essa realidade para que se construa uma relação na qual haja igualdade e, de fato, homens e mulheres exerçam verdadeiramente a cidadania, pois, não existe democracia sem direitos sociais iguais, voltados para todos/as os/as cidadãos e cidadãs de acordo com suas necessidades, pautadas pelas suas diferenças (LOURO, 1997).

Ainda com relação à desconstrução do real, Louro (1997, p. 31-32), em seu texto “Gênero, sexo e sexualidade”, explicita a necessidade da desconstrução do gênero, acrescentando que:

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significa problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implica observar que o pólo masculino contém o feminino [...] e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido. [...] a desconstrução faz perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa. A desconstrução sugere que se busquem os processos e as condições que estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita.

Para essa mesma autora, as relações de gênero carregam uma lógica dicotômica, na qual a idéia que prevalece é a de que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um pólo dominante e outro dominado. No entanto, o processo de desconstrução permite perturbar essa idéia de relação de via única e observar que o poder pode, na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo da oposição dessa relação.

É a partir da perspectiva da discussão de gênero como construção cultural que este trabalho foi realizado, pois compreendemos que as relações são construídas socialmente e a cultura passa a ter uma significativa importância para a definição dos papéis sociais de mulheres e homens. Este estudo é, também, fundamentado em aspectos dos estudos da psicanálise, porque parte da compreensão da articulação entre aspectos sociais, culturais e psíquicos capazes de serem transformados, alterados e modificados.

Entendemos, portanto, que, para mudarmos qualquer situação de subordinação e exclusão existente em nossa sociedade, é imprescindível que nossas emoções, e não só a razão determinem o que fazemos ou deixamos de fazer. Nesse caso, podemos afirmar que precisamos modificar a nossa forma de ver e estar no mundo para assim modificar as relações entre mulheres e homens. Nesta perspectiva, Maturana (2004, p. 33) afirma que:

[...] o fluxo do emocionar muda com o fluir das coordenações de ações. Portanto, ao mudar o significado das palavras modifica-se o fluxo do emocionar e nesse caso a cultura passa a exercer um papel de construção desse novo emocionar, pois, ao surgir uma comunidade humana começa-se a conservar umas redes de conversações como a maneira de viver dessa comunidade, desaparecendo ou mudando quando tal rede de conversações deixa de ser preservada.

Para compreendermos as mudanças culturais ocorridas em uma determinada sociedade ou grupo social é preciso entender como ocorrem as mudanças no emocionar, as mudanças nas subjetividades. Por isso, devemos, então:

[...] ser capazes de caracterizar a rede fechada de conversações que [...] constituem a cultura que vive tal comunidade. Devemos também reconhecer as condições de mudança emocional sob as quais as coordenações de ações de uma comunidade podem se modificar, de modo a que surja nela uma nova cultura (MATURANA, 2004, p. 35).

Assim, entender como se formou a cultura patriarcal é indispensável para compreender como é possível a construção de novas relações de gênero. Na cultura patriarcal discutimos como lutar contra a pobreza e o abuso, combater a contaminação ou enfrentar a agressão da natureza. Vivemos como se todos os nossos atos necessitassem do uso da força e como se cada ocasião para agir fosse um desafio. Tentamos o controle do mundo natural, dos outros seres e de nós mesmos e ao tolerar a diferença pensamos que poderíamos levar o/a outro/a ao bom caminho. Em nossa cultura patriarcal vivemos na desconfiança da autonomia dos/as outros/as, vivemos decidindo pelas outras pessoas o que é bom para elas e estamos em constante respeito às hierarquias, que exigem obediência. Estamos sempre prontos a tratar os desacordos como disputas ou lutas (MATURANA, 2004).

Ao se contrapor a esse modo de vida patriarcal, Maturana (2004) apresenta a cultura matrística como uma alternativa em que mulheres e homens constroem juntos os rumos da sociedade e de sua cultura inspirados nos povos agricultores e coletores que viveram entre sete e cinco mil anos antes de Cristo. Segundo esse mesmo autor (2004, p. 39), tais:

[...] povos não fortificavam seus povoados, não estabeleciam diferenças hierárquicas entre os túmulos dos homens e das mulheres, ou entre os túmulos dos homens, ou entre os túmulos das mulheres. [...] esses povos não usavam armas como adorno, e que naquilo que podemos supor que eram lugares cerimoniais místicos (de culto), depositavam principalmente figuras femininas. [...] as atividades de cultos eram centradas no sagrado da vida cotidiana, num mundo penetrado pela harmonia da contínua transformação da natureza por meio da morte e do nascimento [...].

Assim, ao introduzir a cultura patriarcal, que é um pensamento linear e que ocorre num contexto de apropriação e controle, construímos conversações que refletem sentimentos de guerra, luta, negação mútua na competição, exclusão, autoridade e obediência e poder, o bom e o mau, tolerância e intolerância. Ao contrário, a cultura matrística ocorre num contexto de amor e consciência da interligação de toda a existência, desenvolvendo sentimentos de participação, inclusão, colaboração, compreensão, acordo, respeito e co-inspiração.

Assim, construir novas relações de gênero implica em mudanças culturais que subtendem alterações no modo de convivência cotidiana das pessoas, de forma que essas possam modificar suas subjetividades tendo como ponto de partida as mudanças nas relações com as crianças, jovens e com os idosos, pois, é nas relações intergeracionais que uma cultura se mantém e se preserva.

Com a intenção de provocar mudanças na prática, tanto individual quanto coletiva, o projeto de intervenção “Sujeitos e Saberes”, através da pesquisa-ação, procurou em todo seu processo envolver mulheres, homens, crianças, jovens e idosos num contexto em que as relações se configuram numa cultura patriarcal.

Desse modo, consideramos que, aos poucos, as atividades desenvolvidas nesse processo de pesquisa-ação vêm colaborando para o empoderamento das mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” na dimensão em que possibilita a construção de novas relações de gênero. Destacamos a seguir como se relacionam mulheres e homens, nesse contexto.

## 2 A configuração das relações de gênero na família das “mulheres perseverantes”

A configuração das famílias<sup>3</sup> brasileiras vem aos poucos sofrendo variações, são famílias chefiadas por mulheres, famílias sem filhos, famílias compostas pelo pai e seus filhos/as, famílias recompostas. Dentre os múltiplos fatores, a participação efetiva das mulheres no espaço público tem contribuindo significativamente para que mulheres e homens atuem de outro modo nesse novo redesenho. Portanto, do singular família passa-se a utilizar o termo famílias para demonstrar outras composições familiares. Apesar de, nessas novas configurações, ser exigido aos homens a colaboração no trabalho doméstico e no cuidado com as/os filhas/os, ainda é da mulher a tarefa de cuidado dos/as filhos/as, mantendo-se os homens apenas como coadjuvantes.

Assim, na pesquisa realizada, com 15 mulheres da APMP e seus respectivos maridos/companheiro, podemos observar que a maioria dos casais preserva a relação e tentam de alguma forma dividir responsabilidades. A seguir, veremos, a partir de dados dos grupos focais realizados com mulheres e homens, separadamente, como se configuram suas relações no espaço da família.

### 2.1 Relação das mulheres com seus maridos

As famílias das “mulheres perseverantes” mantêm o padrão da família nuclear formada pelo marido, esposa e os/as filhos/as. Em alguns casos os/as filhos/as são acrescentados pela presença de netos ou netas. São famílias pequenas, em média formadas por 05 (cinco) pessoas.

Ao desenharem e, posteriormente, descreverem suas famílias nos encontros do grupo focal, as mulheres e os homens, citam componentes como filhos/as, netos/as, afilhado/a adotivo/a, maridos, um cachorro de estimação e uma árvore, figuras que compõem o quadro familiar. Em algumas vezes, a presença do cachorro é tão importante que o comportamento desse animal chega a ser comparado com o da criança.

Aqui é minha casa. Aqui é uma palmeira. Ela tem dois cachos de coco. Aqui é meu marido saindo e eu também, aqui é a [...] e aqui é o Deque (cachorro) e outro pé de planta. Lá em casa nós somos só três. Dois adultos e uma crianças, quatro com o Deque. O Deque é atencioso mais a [...] não, mas com fé em Deus ela vai melhorar. (MP11)

Aqui é eu e meu marido. Aqui é minha casa eu estou sentada fazendo crochê. Minha pitbul Lilica (rs,rs,rs). (MP01)

Eu desenhei eu, meu marido e meus dois netos, mas são doze pessoas dentro da minha casa. Estão juntos na hora do almoço e do jantar. (MP15)

Aqui é minha família. Aqui é um adotadinho, meu afilhado que tá sempre na minha casa. (MP14).

Fiz eu, o [...], a [...], a neném, o cachorro. Estamos em frente a casa. Estamos aqui reunidos olhando para o pancada (HP05).

Aqui é minha família. Família unida. Aqui sou eu fazendo crochê de tarde, aqui é a nenê, brincando

---

<sup>3</sup> Diferentes pensamentos expressam o conceito de família. Para uns o conceito de família nos remete à idéia de um grupo de parentes co-residentes, cujo parentesco pode advir de consangüinidade, aliança ou adoção. Para esse grupo, a finalidade precípua de sua existência é a manutenção econômica, a identificação individual e coletiva. É, também, o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral de seus membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar de seus componentes (SILVEIRA, 2000). Para outros a “família é quem você escolhe pra viver. Família é quem você escolhe pra você, não precisa ter conta sanguínea. É preciso ter sempre um pouco mais de sintonia” (RAPPA, 2005).

de boneca. Aqui é [...] andando de bicicleta. Aqui é o [...] lavando o carro. (MP05)

Constatamos, a partir desses depoimentos, que as mulheres embora vivendo em condições muito contraditórias, possuem uma visão aparentemente harmônica do espaço onde vivem mantendo uma relação integrada com a natureza e com os animais. Essa relação demonstra certo distanciamento de alguns valores do mundo capitalista (desrespeito com o meio ambiente, por exemplo) e forte vínculo com as origens rurais de onde a maioria dessas famílias veio.

No que se refere à configuração da relação das “mulheres perseverantes” com seus maridos, podemos observar que se apresentam através de várias formas de relacionamentos. Estas formas, numa cultura patriarcal, se configuram com traços explícitos de conservação do papel da mulher, traços que demonstram dureza na relação e traços que evidenciam a cooperação na relação entre eles e elas.

As falas abaixo demonstram traços explícitos de conservação do papel da mulher como a responsável pelo cuidado de casa e dos filhos/as. Na maioria das vezes, as mulheres abdicam do próprio lazer e da companhia do marido para cuidar dos filhos/as e da casa.

[...] Lá em casa às vezes o marido acha que tem que ir pra festa, sai eu não vou. Ele faz muito isso. As pessoas têm até vergonha de dizer: Ele vai é muito pra festa. As pessoas dizem: por que tu vai? Ele diz assim: ah! sou homem, eu posso ir. Eu não vou deixar meus meninos sozinhos pra ir pra festa (MP04).

Ele trabalha de noite e eu trabalho de dia, mas ele me ajuda de dia. A gente se encontra dia de segunda a noitinha. Ele gosta mais quando eu passo o cafezinho, ali ele acha que eu fiz o almoço, a janta, tudo, ta entendendo, aí ele gosta. Na hora que ele chega do serviço o café tá no ponto, ele gosta (MP06).

Verificamos, nesse caso, que as mulheres acabam não dando prioridade ao descanso e ao lazer, preferindo cuidar dos filhos/as. Isto ocorre, de acordo com Oliveira (2007, p. 110), porque “o tempo das mulheres para descanso e lazer não acontece na mesma frequência e qualidade vivenciadas pelo homem. Tal discussão sobre o tempo tem facilitado a percepção de como as mulheres organizam a vida cotidiana em torno do trabalho reprodutivo e como a divisão sexual é alimentada, no âmbito familiar, pela separação cultural entre trabalho de homem e trabalho de mulher”.

Já as expressões relatadas, a seguir, apresentam como algumas mulheres enfrentam situações problemas em relação a seus maridos. Na maioria das vezes, chegam a ser violentas para marcar posição diante de situações como o alcoolismo, a ausência do marido em casa e em momentos importantes da caminhada dessas mulheres como expressam as falas das MP15, MP10 e da MP05, respectivamente:

Eu brigo muito, sou muito abusada, muito antipática. Até com o meu marido. No dia que eu me zango, pego o facão vou atrás dele. Ele entra dentro do quarto e eu fico no pé da porta. Lá em casa o negócio é quente (rs,rs,rs). Quando os filhos é pequeno a gente é mandada, humilhada, a gente é pisada. A gente aquece tudo porque tem os filhos. Depois quando os filhos crescem é que a gente se liberta. É como aquela história. O que vir é lucro. No meu caso eu digo isto. Eu sempre digo pra [...]: O que vir é lucro. A gente não trabalha, é sustentada por ele.

Nosso relacionamento é médio. Existe um pouco de incompreensão porque. Então é um pouco assim meio ruim porque ele não me acompanha, nos lugares que eu vou, principalmente, nos lugares que eu preciso de uma companhia, né. Ele nunca pode me acompanhar. Tem momentos que ele não quer aceitar a minha caminhada, mas ele aceita porque ele já me achou caminhando na comunidade. Quando eu comecei com o grupo ele achou que não dava certo, que eu não me aquietava. Ele bebia muita cachaça e me desaquietava, foi capaz.... Nunca me bateu, graças a Deus nunca chegou a esse ponto mais a bebida, chegava a me dizer coisa que eu nunca tinha ouvido quando eu era sozinha. E por isso chegou o dia de eu sair de casa, passei uns dias fora de casa. Ele andava

choramingando, se mal dizendo das coisas. Disse que ia vender a casa, era pra mim assinar pra vender a casa, que não dava pra ele ficar aqui. Eu imaginei! Se ele vender essa casa ele vai morrer no meio da rua ou vem então, ele vem de novo pra onde eu to, pra minha casinha.

No entanto, alguns traços de inovação são demonstrados quando as mulheres se referem à divisão das tarefas. Assim relata uma das mulheres:

[...] E a minha convivência com meu marido... Todo casal briga, tem dificuldade, mas em termos assim, de ser um bom pai, um bom marido ele é. Ele me ajuda. Se eu estou lavando uma roupa ele faz o almoço, se eu estou limpando a casa ele faz o almoço. Ele tá presente em tudo. [...] Minha família é tudo, minha casa. Minha família em primeiro lugar. (MP08)

Esta constatação nos leva a pensar que, a atitude das mulheres em organizarem-se, ter mais acesso à informações e por serem casais mais jovens (73% estão na faixa etária de 20 a 40 anos) tem interferido no comportamento dos homens, no que se refere à divisão das tarefas, mesmo que não haja uma mudança radical na divisão sexual do trabalho.

As falas relativas a esta questão apresentam, ainda, a preocupação das mulheres com as dificuldades financeiras e com o alcoolismo. Segundo vimos, estes aspectos trazem grandes ameaças para a relação conjugal, na maioria das vezes, é o grande causador de desavenças na família e brigas entre o casal, determinando o grau de satisfação ou não com a relação. As MP04, MP08, MP11 retratam essa situação:

[...] A convivência é boa. A gente tem algumas dificuldades, assim financeiras, mais nada que possa dizer que a convivência seja ruim [...].

[...] Mas só tem um defeito, gosta de uma cachacinha. Nossa briga maior é por causa da bebida, mas não porque ele chega em casa bagunçando, é porque eu não gosto que ele beba, né. A antipática mesmo sou eu, da história.

Eu mais o [...] não andamos brigando não, graças a Deus. Só brigamos por causa dumas cervejinhas, mas só eu que falo. Ele chega se joga em cima de uma cama, não diz nem um, nem dois. Quem quiser falar que fale. Ele não tá nem aí. Só vai dormir e comer [...]

Ao discorrerem sobre suas famílias constatamos a existência de dois grupos de casais: um formado com casais mais jovens (73% na faixa etária de 20 a 40 anos) e outro por casais mais idosos (27% na faixa etária entre 41 a mais de 60 anos). No grupo mais jovem, os dados nos revelam um nível maior de conflito entre a possibilidade de construção de uma relação mais cooperativa e a conservação do papel da mulher como a responsável pelo cuidado da casa, do marido e dos/as filhos/as. No grupo de casais mais idoso/a, observamos a manutenção de traços de conservação do papel da mulher caracterizando uma relação que parece já estar no fim e que por isso não poderá mais ser modificada e o que importa é aceitar e tolerar um ao outro. Assim demonstram os depoimentos:

[...] o nosso relacionamento é obrigado ser eterno, porque nós dois já somos idosos. Nós não podemos mais se largar um pro lado outro pra outro porque não tem quem queira nós, né. Então nós vivemos se tolerando e tentando [...] (MP10).

[...] Não venha dizer que você nunca foi humilhada. Tem palavra que dói mais do que uma pancada. O mundo vai se acabar não. Nós vamos se acabar, o mais novo e o mais velho e nunca vai ter igualdade. Tu entende, nós com os homens. Eu acho que nunca vai ser igual. Porque foi uma coisa que ficou do começo do mundo, não foi? Muda alguma coisa, mas não muda tudo (MP15).

Nesse sentido, é possível inferir que a maioria das mulheres está casada há muitos anos, pois, possuem em média 8 anos de casadas ou que vivem juntos, sendo que o casal que tem mais anos de vida conjugal possui 22 anos de casados ou vivem em união consensual e o mais

jovem 7 anos. Assim, constatamos que essas mulheres preservam a relação conjugal apesar das dificuldades financeiras e do alcoolismo como consequência das condições sócio-econômicas. Tentam incluir os homens na divisão das tarefas domésticas, mesmo que eles encararem essa função apenas como “ajuda” às mulheres e não como responsabilidades.

## 2.2 Relação das mulheres com suas/seus filha/os e netas/os

Os discursos referentes à configuração das relações das mulheres com seus/suas filhos/as demonstram que as mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” mantêm seu papel de cuidadora dos/as filhos/as ou dos netos/as como sua maior preocupação. No entanto, embora de forma incipiente, há demonstração de algumas mudanças quais sejam, no compartilhamento com o marido das responsabilidades do cuidado, encarada, pelo homem, como “ajuda” à mulher e não como cooperação na divisão da responsabilidade pela educação e cuidado com as/os filhas/os e netos/as. Ao se referir à relação materno-infantil, Maturana (2004, p. 15) afirma que este:

[...] é um fenômeno biológico humano que envolve a mãe, não como mulher, mas como um adulto numa relação de cuidado. Nessas condições, tanto a mulher quanto o homem estão, em igualdade de condições, biologicamente dotados. Desse modo, [...] a maternidade é uma relação de cuidado, não uma tarefa associada ao sexo.

Estes atos de compartilhamento resumem-se ao fato dos pais irem deixar as crianças na escola, após as mães terem preparado o café, dado banho e arrumado as crianças como relatam as falas, a seguir:

Aqui é o [...] quando sai pra escola com o pai dele, com os colegas deles, quando vai pra escola pela manhã. [...] lá dentro de casa, deitada na rede. E eu estendendo as fraldas e lavando as roupinhas dela (MP12).

A convivência é boa. Acordo bem cedo pra fazer o café, acordo os meninos pra tomar banho, tomar café ir pra escola. Aí vou deixar a [...] na escola de bicicleta. E assim é minha vida, o relacionamento de pais e filho eu acho que não é muito diferente não. A gente conversa bastante, eu brinco com meus filhos. União também (MP04).

Eu era sustentada pelo meu marido com cinco filhos. No dia que ele me agredir, pode sair de casa. Ou você sai ou eu saí (MP11).

Tenho 04 filhos, ele vai deixar os meninos no colégio, aí eu chego meio dia tá tudo em casa e todo mundo tem obrigação de ajudar um ao outro (MP06)

Aqui é minha família. Família unida. Aqui sou eu fazendo crochê de tarde, aqui é a nenê, brincado de boneca. Aqui é o [...] andando de bicicleta. Aqui é o [...] lavando o carro (MP05).

O cuidado é uma atividade indispensável para a sobrevivência da humanidade. Sendo assim, é necessário que se desenvolvam novas aprendizagens em torno desta questão para que homens e mulheres se tornem responsáveis por essa função. Corroborando com as idéias de Maturana (2004), Boff (1999, p. 90) define a palavra “cuidado”, afirmando que este é um termo derivado da palavra latina cura, que em sua forma mais antiga se escrevia coera e era usada num contexto de relações de amor e de amizade. Outros derivam cuidado de cogitare-cogitatus e, ainda, coyedar, coidar, cuidar que tem o sentido de cura: cogitar, pensar, colocar atenção, mostrar interesse, revelar atitude de desvelo e de preocupação. O autor afirma ainda que existam dois modos de ser no mundo: o modo de ser trabalho e o modo de ser cuidado.

Para ele essa atitude de trabalho-poder sobre o mundo corporifica a dimensão do masculino no homem e na mulher e o modo de ser cuidado revela a dimensão do feminino no homem

e na mulher (BOFF, 1999). Neste caso, o fato de o cuidado estar restrito às mulheres, como consequência de um modelo de sociedade, que privilegia a relação capital-trabalho em detrimento das funções de trabalho-cuidado, podemos perceber claramente a divisão sexual do trabalho, na qual mulheres e homens são submetidos, através das várias práticas e espaços educativos a manterem tais relações.

Assim, muitas barreiras deverão ainda ser rompidas, pois impedem as mulheres de construir novas relações, sendo uma delas a maneira de educar as crianças. Para Boff (1999, p. 97):

[...] o grande desafio para o ser humano é combinar trabalho com cuidado. Eles não se opõem, mas se compõem e ao mesmo tempo se complementam. Juntos constituem a integralidade da experiência humana, por um lado, ligada à materialidade e, por, outra, à espiritualidade.

Outro fator a ser destacado diz respeito ao fato de que, sendo a Associação formada por dois grupos de casais – um mais jovem e outro mais velho e com mais tempo de casado - há forte presença, junto a esses casais de relações intergeracionais, de outros membros que não apenas pais e filhos, em decorrência do cuidado dispensado aos netos, filhos adolescentes e, até mesmo, pelo contato que as crianças mantêm ao frequentarem a Casa de Artes e Cultura e lá se encontram com crianças de diferentes idades. A fala da MP15 expressa de forma significativa este fato:

A convivência mesmo é só o [...] o que fica dentro de casa, passa o dia, dorme e a confusão é grande porque eu brigo muito, sou muito abusada, muito antipática. No dia que vou pescar, porque eu não tou mais pescando por causa do negócio das redes, não tou mais pescando. [...] Agora ele vai mais com o neto. O neto tá grandinho, ele vai com ele botar os anzóis de tarde, agora pescar mesmo longe ele vai com o irmão. É só isso, a gente vive da pesca. E os filhos que ajuda (MP15).

Nessa perspectiva, os dados demonstram, também, uma preocupação dessas mulheres com os/as filhos/as adolescentes expressando o desejo de que eles/as encontrem um rumo que lhes dê segurança e estabilidade e não caiam na marginalidade com o uso de droga, como é o que tem acontecido com a maioria dos jovens<sup>4</sup>. O depoimento a seguir demonstra esta preocupação:

A convivência com meus filhos e com meu esposo é boa, mas com meus adolescentes é muito difícil, porque quem tem filhos adolescentes, sabe?. Teimosos. Mas, sei que eu tento mostrar o lado bom, o lado bom. O trabalho. Tento mostrar a ele que o trabalho é ótimo. Não importa que trabalho seja, mas que o trabalho é ótimo (MP14).

Nesse caso, a relação entre mãe e filhas/os e netos, pais e filhas/os e netos se resume

---

<sup>4</sup> De acordo com Kouri (2004, p. 2), “a violência juvenil é normalmente entendida através das atitudes transgressoras físicas, verbais e simbólicas de jovens contra outros jovens, contra pessoas da vizinhança nas ruas e bairros onde moram, contra colegas ou autoridades nas escolas e, inclusive, contra os pais, e contra a sociedade em geral”. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maior parte das vítimas de homicídios executados concentra-se na população masculina com idade entre 15 a 24 anos, mortos através de disputas entre gangues e, sobretudo, nas chacinas envolvendo grupos de extermínio, cujos agentes são, muitas vezes, recrutados entre as polícias civis e militares dos estados, quando não pelas ações das próprias polícias. No Brasil, entre dezembro de 1987 e novembro de 2001, 3.937 crianças e adolescentes morreram na cidade do Rio de Janeiro, por ferimentos à bala. Em São Paulo, apenas no ano de 2002, foram registrados 66 chacinas com um total de 219 mortes, com mais de cinquenta por cento dos casos envolvendo crianças e adolescentes, e na cidade do Recife, de janeiro de 2001 a dezembro de 2002, 332 pessoas foram vítimas de grupos de extermínio, grande parte delas constituída por jovens de até 25 anos (KOURI, 2004).

em dizer o que os/as filhos/as devem fazer e não em ouvir o que pensam e desejam os/as filhos/as.

Constatamos, também, que a maioria das mulheres, mesmo desejando se organizar, aumentar a renda familiar mantém uma dependência dos maridos, principalmente, se as/os filhas/os ainda são pequenos e necessitam de uma maior atenção. Em alguns casos, por super-proteção às/aos filhas/os se recusam a sair para o lazer com seus maridos para ficar com as/os filhas/os em casa. Dessa realidade, podemos inferir que os/as filhos/as têm determinado, de certa forma, o tipo de relacionamento que a mulher mantém com o marido. Na maioria das vezes, as mulheres se submetem a determinada situação para preservar as/os filhas/os.

### 2.3 Relação dos homens com suas esposas

Os discursos referentes à configuração das relações dos homens, maridos das mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, demonstram que os homens têm uma visão positiva do relacionamento com suas esposas, pois, a maioria compreende que tem uma família unida, vivem bem, em paz e na harmonia e que as crianças possuem seus espaços e momentos de alegria e prazer, assim demonstram as falas:

Uma família unida, todo mundo junto, vive bem, eu e a mulher se entende dar muito bem... [...] (HP02).

Graças a Deus nós vivemos na paz, só na harmonia boa, não tem muitas brigas. [...] Então na minha casa, aqui, tá demonstrando que nós temos a união, sempre alegria, as crianças brincando. E é um lar de paz, graças a Deus (HP06).

Meu relacionamento é o seguinte (rs,rs,rs). No caso... a gente se dá superbem (HP01).

O relacionamento com minha nega é bom. Eu saio de manhã cedo, chego de noite, ela tá dormindo, mas as vezes ela tá acordada. Aí... A convivência lá é beleza demais, melhor do que aquilo ali estraga. Estamos levando a vida. Estamos com sete anos, estamos entrando nos oito anos. Namorei seis anos com ela e ela não queria casar comigo não. (rs,rs,rs) (HP05).

Verificamos que a idéia de paz e harmonia demonstrada pelos homens é muito limitada. O simples fato de não haver grandes brigas e violência física não significa necessariamente estar em paz e em harmonia, porque a violência manifesta-se de várias formas, dentre elas a violência simbólica, presentes sempre de forma camuflada nesse tipo de relação.

Tais discursos demonstram também, que ao admitirem haver pequenas brigas no relacionamento, os homens afirmam que esses tipos de comportamento são comuns. Podemos, então, inferir que, eles fazem confusão entre divergências, natural entre pessoas que pensam diferentes e conseguem expressar suas idéias e as pequenas brigas, que poderão ser conseqüência de situações constrangedoras, como eles mesmos se referem quanto citam o desemprego como um dos maiores causadores de problemas na família. Esses desentendimentos são provocados tanto pelos homens como pelas mulheres e são conseqüência, na visão dos homens, da inexistência de dinheiro, provocada pelo desemprego, pois, a maioria dos homens é desempregada e vive do subemprego (53% são desempregados, 27% são autônomos e apenas 13% são empregados) e pela convivência, dentro da família, com pessoas que pensam diferentes uma da outra. Essas análises estão expressas nos depoimentos a seguir:

Às vezes uma briguinha, mais é difícil, mas só quando a gente tá sem dinheiro mesmo, a gente começa a se esquentar e esquece o amor (HP01).

Nós não temos briga em casa. Temos 23 anos de casados, às vezes a mulher fala um pouquinho mais alto, mas é difícil, só quando ela se zanga, quando faço uma coisa que ela não quer, mas o mais tá bom (HP02).

[...] o mais a vida tá boa, só o desemprego que tá atingindo a gente, a família, o resto tá bom (HP04).

E sobre a convivência com minha mulher, eu respeito muito ela, nós brinca muito e briga também, mas só que briga razoável, mas toca a vida pra frente (HPO3).

As brigas são poucas. Mas lá sempre tem uma discussãozinha porque são cabeças diferentes, nunca são cabeças iguais, não é o mesmo raciocínio, sempre de um lado tem uma desavençazinha, mas se não tiver estraga. Nunca a gente sabe o que passa pela cabeça do outro. As vezes a gente nasce da mãe da gente e ela não sabe o que se passa na cabeça da gente (HP06).

No que se refere à divisão das tarefas, em casa, a maioria dos homens admite que fazem trabalhos domésticos – lavam louças, limpam a casa, fazem comidas - admitindo até o cuidado com a mulher. Essa mudança no comportamento dos homens com relação ao trabalho doméstico também é apontada pela pesquisa do IBGE (2006). De acordo com os dados da pesquisa, entre 1995 e 2005 observou-se um tímido aumento da participação dos homens no cuidado de afazeres domésticos de cerca de 2,0 pontos percentuais na população de 10 anos ou mais de idade e uma variação um pouco menor entre a população ocupada (0,8 pontos percentuais). A análise destes percentuais entre a população masculina revela uma maior participação dos homens no cuidado de afazeres domésticos, um aumento de 5,1 pontos percentuais entre os homens ocupados, mas ainda longe de se afirmar uma divisão de tarefas entre homens e mulheres no ambiente doméstico. Em média as mulheres gastam 25,2 horas semanais no cuidado de afazeres domésticos contra 9,8 horas dos homens.

Podemos constatar que o trabalho doméstico, mesmo tendo a participação dos homens, não é executado em regime de colaboração, pois, a maioria se refere a este trabalho como momentos de “ajuda” e são realizados quando o homem está sem nenhum outro trabalho para ser executado fora de casa, como é relatado nas falas abaixo:

Ajudo nas tarefas domésticas. Às vezes eu ajudo, quando ela está muito aperreada, ajudo. As vezes, também, quando ela tá com preguiça aí eu: por deixa aí que faço aí. Só não sei fazer comida, mais limpo a casa. (HPO3) aqui

Eu sei cuidar de casa e da mulher. Sempre quando estou em casa, de manhã tem sempre muita vasilha pra mim lavar, sempre deixo tudo lavado. (HP04)

Verificamos ainda que esta “ajuda” nas tarefas domésticas não chega a ser um trabalho em colaboração ou de co-responsabilidade para com a mulher, pois, como defende Maturana (2004, p. 18):

[...] a colaboração é um fenômeno puramente biológico quando não implica um acordo prévio. Quando o faz, é um fenômeno humano. Ela surge de um desejo espontâneo, que leva a uma ação que resulta combinado a partir do prazer. Na colaboração não há divisão de trabalho. A emoção implícita na divisão do trabalho é a obediência.

Assim, é o modo patriarcal de como são realizados os afazeres domésticos que nega a colaboração como princípio valorativo nas relações entre homens e mulheres, definindo atividades associadas ao gênero masculino ou feminino. No caso desse estudo, que é uma intervenção, consideramos ser imprescindível buscar discutir estes conflitos a partir de práticas educativas, nas quais, entre vários assuntos, as tarefas domésticas e os cuidados com as/os filhos sejam refletidos e passem a ser assumidos pelos homens, em regime de colaboração e co-responsabilidade com as mulheres.

## Considerações Finais

As relações construídas, no contexto da cultura patriarcal, que se expressam no resultado desta pesquisa, demonstram que as mulheres e homens envolvidos nesse processo submetem-se a variadas situações que demonstram que o homem, ainda, mantém seu poder de provedor, mesmo que em poucas situações apareçam sinais de renovação e de conflito eminentes da possibilidade de mudanças. Vimos também que são as mulheres quem mais se preocupam com os filhos e as filhas e com o relacionamento na família.

É perceptível que a cultura patriarcal já está estabelecida como regra, contudo, os diferentes modos de apresentar ações e emoções podem ser modificados e transmitidos às crianças como novo modelo a ser vivenciado. Assim, podemos afirmar que essa experiência mostra as mulheres e os homens, participantes desta pesquisa-ação, vivendo em conflito entre a cultura matrística e a cultura patriarcal instituída no cotidiano deles, seja por conservar o patriarcalismo seja por apresentar traços de inovações.

Diante desse contexto, o emocional patriarcal é reforçado porque o que existe mais forte em nossa sociedade são experiências nas quais as crianças e os adultos se engajam, como forma de sobrevivência, dentro de arranjos sociais criados para a sustentação do patriarcado, partindo de modos de vida baseado na hierarquia, dominação, verdade e obediência, caracterizando-se como autonegação e negação do/a outro/a.

Ao apresentar essa discussão, verificamos que a relação de gênero estabelecida entre homens e mulheres preserva o machismo e que as mudanças ocorridas, até agora, não significam necessariamente modificação na relação de poder estabelecida, há séculos.

Fruto de uma sociedade patriarcal, o machismo se tornou um comportamento não só dos homens, mas, também, das mulheres que, ao educar filhos e filhas, vão preservando esse comportamento. Entendemos, portanto, que o machismo é uma construção histórico-social. Como tudo que é social é passível de transformações, percebemos hoje modificações na forma de como homens e mulheres se relacionam. Esta nova forma de relacionamento tem gerado explícitos conflitos e novas relações. Supomos que o conflito representa o ponto de partida para a mudança, pois compreendemos ser este um passo para a desconstrução das representações sociais<sup>5</sup> machistas que há séculos dominam as relações de gênero existentes na nossa sociedade.

Entretanto, as práticas educativas desenvolvidas junto a grupos sociais devem servir como tentativas de construção de alternativas que se contraponham a este sistema instituído e contribuam para a elaboração de discurso contra-hegemônico. Dessa forma, as mulheres, através de suas organizações, carregam consigo o desejo de transformação, de mudança ao se tornarem protagonistas de sua própria história.

Para que um novo modelo se estabeleça como nova cultura, tornando-se prática social essas mulheres deverão garantir, por meio de processos de reflexão e de ações intencionais, que esse novo modelo se torne característica da forma de vida cotidiana, assim como das idéias, verdades ou crenças. Essas experiências se tornam práticas na medida em que, em conexão com o sistema nervoso, valores, imagens, temores, aspirações e desejos, façam parte da vida pessoal de cada ser. Desse modo, para construirmos novas relações de gênero deveremos ter outras experiências que nos levem a vivenciar outros modos de vida diferentes do patriarcado.

---

<sup>5</sup> Conceito definido por Moscovici, (1978, p. 42), que “corresponde, por um lado, à substância simbólica que entre na elaboração e, por, outro, à prática que produz a dita substância” e, segundo Jodelet (2001, p. 17), “serve como guia no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar de decisões e posicionar-se frente a eles de forma defensiva”.

## Referências

ANYON, J. **Intersecções de gênero e classe**: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.73, p.13-25, 1990.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERNADES, A. G.; GUARESCHI, N. M. de F. A cultura como constituinte do sujeito e do conhecimento. In: STREY, M.; NEVES, C.; LISBOA, S. T.; PREHN, D. R. (Orgs.) **Gênero e cultura**: questões contemporânea. Porto Alegre: Ed da IPUCRS, 2004.

BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano. Petropolis, RJ: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Educação e Realidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Convenções Internacionais**. Disponível em: [http://200.130.7.5/spmu/legislacao/legislacao\\_convencao\\_internacional.htm](http://200.130.7.5/spmu/legislacao/legislacao_convencao_internacional.htm). Acesso em: 30 nov. 2008.

COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene; NEVES, CABEDA; LISBOA, S. T.; PREHN, Denise R. (Org.) **Gênero e cultura**: questões contemporânea. Porto Alegre: Ed. IPUCRS, 2004.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Síntese de Indicadores 2006. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001.

KOURY, M. G. P. Cultura da violência e o medo do outro: observações sobre medos, violência e juventude no Brasil atual. **Revista de Antropologia Experimental**. Disponível em: <http://www.ujaen.es/huesped/rae/articulos2004/koury2004.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2004.

LAMAS M. **Gênero**: os conflitos e desafios do novo paradigma. Revista Proposta, Rio de Janeiro, n. 84-85, mar.ago. 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MATURANA, Humberto R. Conversações Matrística. In: MATURANA, Humberto R.; VERDENZOLLER, Gerda. **Amar e Brincar**: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, M. L. L. de. **Transformações das Desigualdades de Gênero?** Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de Assentamentos do Cariri Paraibano. 2007. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPB, João Pessoa, 2007.

PEREIRA, V. L. Gênero: dilemas de um conceito. In: STREY, Marlene; NEVES, CABEDA; Sônia T. Lisboa, PREHN, Denise R. (Org.) **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: Ed. IPUCRS, 2004.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian Pillar. (Org.) **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REIS, J. R. T. Família, Emoção e Ideologia. In: CODO, Wanderley et al. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mitos e Realidade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, M. L. **Família**: conceitos sócio-antropológicos básicos para o trabalho em saúde. Família. Saúde Desenvolvimento, Curitiba, v.2, n. 2, p.58-64, jul.dez. 2000.

SCOTT, J. **Gênero uma categoria útil para análise histórica**. Educação e realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, jul.dez. 1990.

STREY, M. N. et al. **Psicologia Social Contemporânea**: Livro-texto. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Vozes, 2007.